

ATA Nº. 11

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO  
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM  
29-04-2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, Sara Paula Caetano Domingos, José Francisco de Matos Rodrigues Leote e Fernanda Maria de Matos Lopes. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Rui Vitor Pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, o Senhor: -----

Luís Filipe Dias Grácio e Marco Filipe Sá Geração -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira, Telma Cristina Antunes Jorge. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**, o senhor: --

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, Carlos Manuel Godinho Matias e José David da Silva Ribeiro. -----

Não compareceu à sessão Marisa Sofia Cordeiro Parreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse ao elemento convocado para substituir a deputada que solicitou ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade da eleita e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membro, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-a investida nas funções. -----

---

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia**, referiu: “ Apelo à capacidade de síntese nas intervenções de todos os membros. -----

Dar a conhecer que a senhora vereadora Isilda Aguincha informou da impossibilidade de estar presente por motivos que se relacionam com as funções que desempenha. -----

Dizer que a ata número dez não vem a esta assembleia por ainda não se encontrar concluída, devido aos problemas que todos sabem pelo que passou o senhor Murcela. -----

Queria colocar à consideração da assembleia a inclusão de um novo ponto na ordem dos trabalhos que tem a ver com o “pedido de indicação de local público para consagrar um monumento alusivo ao 50º aniversário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal” -----

Não havendo nenhuma oposição, foi o mesmo aprovado por unanimidade e será o ponto número cinco da ordem dos trabalhos. -----

Seguidamente **Telma Jorge** apresentou a seguinte moção: -----

### **MOCÃO** -----

#### **Reforço de Meios no Hospital de Abrantes, Tomar e Torres Novas** -----

As pessoas estão a sofrer com a falta de meios adequados quando recorrem ao Centro Hospital do Médio Tejo (CHMT) - nomeadamente (1) com o facto de encontrarem recorrentemente as urgências sobrelotadas, (2) de se encontrarem várias horas à espera de atendimento, (3) com a falta de internamento em situações delicadas, (4) com a atribuição de altas precoces, que conduzem a reinternamentos com consequências diretas e indiretas para os doentes, familiares, e para o próprio CHMT – tendo manifestado a sua indignação através do abaixo-assinado promovido pela Comissão de Utentes da Saúde do Médio Tejo, que recolheu mais de 20 000 assinaturas, exigindo o reforço da Urgências e a existência de Medicina Interna nos três hospitais do CHMT. -----

Considerando que: -----

- É público que o CHMT tem verbas disponíveis para contratar 39 médicos; -----
- Todas as categorias de profissionais de Saúde consideram fundamental a existência de Medicina Interna, Cirurgia Geral e Pediatria nos três hospitais; -----
- O internamento esteve reforçado em Torres Novas durante o pico do surto da gripe, no último Inverno; -----

A Assembleia Municipal de Entroncamento, reunida a 29 de Abril de 2015, interpretando o sentimento geral da população, exige ao Conselho de Administração do CHMT: -----

1. O melhoramento dos Serviços de Urgência nas 3 unidades hospitalares; -----
2. A existência de Medicina Interna, Cirurgia Geral e Pediatria nas 3 unidades; -----
3. Promover articulação com os Cuidados de Saúde Primários e Continuados. -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Relativamente a esta moção, a bancada do PS não tem qualquer problema. -----

Gostaríamos no entanto de apresentar alguns considerandos: -----

Efetivamente a questão das urgências é essencial, parece-nos um pouco superficial porque em relação aos meios necessários de uma boa organização e cruzamento efetivo dos recursos, não passará propriamente pelo Conselho de Administração dos Hospitais.

---

Parece-nos que tem mais a ver com as políticas centrais que depois vão afetar todas as situações.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Nós ontem já tínhamos discutido uma moção da CDU muito semelhante a esta na Assembleia Intermunicipal, tivemos a preciosa ajuda de dois técnicos, uma técnica do Centro Hospitalar e uma pessoa que esteve no Conselho de Administração do Centro Hospitalar durante muitos anos, que nos explicaram uma série de coisas. -----

Ontem, por uma questão meramente burocrática e muito pouco simpática, foi vetado à Coligação Democrática Unitária apresentar uma proposta na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, por uma questão de forma que já foi tantas vezes ultrapassada, não fez sentido nenhum aquilo que aconteceu ontem, perdemos uma hora na discussão daquilo. -----

Dizer que aquilo que a CDU aqui nos traz é o resultado das ideias que as populações têm, é um aconselhamento interessante ao Conselho de Administração e portanto terá a nossa aprovação.” -----

### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Continuando, Telma Jorge apresentou a seguinte moção: -----

### **MOÇÃO** -----

#### **Pelo direito das populações ao transporte público e à mobilidade ----- Não ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros -----**

O novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros foi proposto recentemente pelo Governo PSD/CDS e aprovado no passado dia 17 de abril, na generalidade, especialidade e votação final global, na Assembleia da República (votos contrários de todas as oposições), com a justificação da necessidade de “atualizar” e “adequar” os diversos instrumentos legislativos nacionais que regem o sector, e da “harmonização” com o regulamento comunitário que tem como horizonte temporal 2019. -----

A avaliação negativa face a esta lei tem presente as consequências que esta terá no funcionamento do sistema de transportes, que tem um papel estruturante e estratégico na vida económica e social do País, pois através dela é garantida a mobilidade dos trabalhadores e populações, para além do peso e repercussões que têm os investimentos neste sector no geral da economia. -----

1. Em termos financeiros a Lei do PSD e CDS aponta às autarquias, como caminho para financiar o sistema, não a transferência das verbas gastas com o seu funcionamento, mas mais e inaceitáveis aumentos de preços ou novas taxas a recaírem sobre as populações.-----

2. A aplicação deste regime não significa integrar a opinião e contributo dos municípios no planeamento e organização do sistema, mas sim a responsabilização das autarquias pelo serviço público e seu financiamento, a desresponsabilização do Estado/central e a proliferação de centenas de

---

autoridades de transportes. -----

3. À exigência das populações e municípios de um modelo articulado de serviço público de transportes para o país, a Lei da Maioria respondeu com a desarticulação do sistema e a indefinição de níveis e âmbitos de responsabilidades hierarquizados, colocando em causa a gestão eficiente das redes e interfaces. -----

4. No âmbito das empresas públicas, que têm um papel estruturante no funcionamento do sistema dentro das suas áreas de intervenção, a maioria PSD e CDS, ao mesmo tempo que diz que passa para os municípios responsabilidades insiste na sua entrega aos grupos privados. Ou seja, aprofunda as consequências da opção privatizadora, isto é, aumento de preços e tarifas, redução da oferta, degradação da qualidade do serviço e a perda de passageiros. -----

5. Esta é uma medida que levará a uma ainda maior perda de utentes e agravamento dos problemas existentes. -----

**Considerando que:** -----

- I. Com esta proposta de lei, embora o governo afirme reconhecer que o papel que as Autarquias Locais há muito reclamam no planeamento e organização dos transportes públicos, dentro da área geográfica da sua competência, o que ele promove é a completa desresponsabilização da Administração Central nesta matéria estruturante e estratégica da vida económica e social do País. -----
- II. Esta é mais uma decisão no seguimento de muitas outras medidas e decisões tomadas pelo Governo nos últimos meses sobre transportes públicos que restringem direitos das populações e utentes à mobilidade e ao acesso ao transporte público, de que são exemplo os constantes aumentos de preços dos passes bilhetes e tarifas, cortes no volume e âmbito de cobertura espacial da oferta de transportes públicos. -----
- III. Uma medida com o conteúdo e alcance desta, que o Governo impõe, levanta as maiores preocupações pelas profundas e negativas implicações em todas as esferas da vida das Regiões e não pode ser tomada sem a devida ponderação e participação dos municípios na sua elaboração.-----

**A Assembleia Municipal de Entroncamento reunida no dia 29/04/2015, delibera:**-----

- A. Discordar da Lei aprovada sobre o “Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros”, na medida em que, para além de não responder aos problemas existentes, vem fazer rebater sobre os utentes e populações a desresponsabilização do Estado com o financiamento do sistema, com novas taxas e aumentos de preços e tarifas; -----
- B. Reclamar do ordenamento jurídico nacional de enquadramento do sector surgido da Lei aprovada que significam a completa desresponsabilização da Administração Central na organização e

planeamento do sistema; -----

C. Manifestar a sua oposição à concessão a privados das empresas públicas de transportes propondo que, ao invés, sejam garantidas a sua propriedade e gestão públicas. Exigir a integração tarifária - todos os operadores e carreiras, e extensão geográfica, como passos para o aumento da mobilidade e da atração de utentes dos transportes públicos nas regiões, com enormes benefícios económicos sociais e ambientais e, consequentemente, contribuir para a qualidade de vida das populações; -----

D. Exigir serem ouvidos sobre todas as decisões relativas ao sistema de transportes públicos e que estas sejam construídas em negociação com as autarquias, e que os pareceres negativos que dão às alterações de horários e/ou percursos ou os cortes na oferta sejam respeitados e desse modo garantam os direitos dos utentes e populações ao transporte público e à mobilidade. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, solicitou à CDU informação a quem deveria ser enviada as moções. -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves**: “Relativamente a esta moção, tudo o que venha a aumentar os custos para a população em geral, ninguém gosta e a bancada do PS concorda na generalidade com a moção. -----

Gostaria só de obter um esclarecimento, na última alínea diz: “*Exigir serem ouvidos todas as decisões relativas.....*”. Ouvir quem?” -----

Respondeu **Telma Jorge**: “Que a nossa posição seja ouvida sobre esta situação, pode estar a gerar alguma confusão mas a intenção é essa.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “Em razão da moção apresentada, dizer que as propostas de deliberação da moção da CDU são meramente propostas ideológicas. -----

Ontem e bem, discutimos na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, um pacote muito interessante que se baseia na perspectiva da descentralização de alguma competências, não só para as autarquias locais, mas junto das comunidades Intermunicipais em que fiz um rasgado elogio à Presidente da Comunidade Intermunicipal, a Doutora Maria do Céu Albuquerque, a quem respeito democraticamente e quem fiz um rasgado elogio pelo trabalho que apresentou ontem na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, que aproveito também para dirigir ao senhor Presidente da Câmara, porque como membro da Comunidade Intermunicipal também deverá ter tido trabalho na elaboração daquele documento e portanto, os cumprimentos são extensíveis a todos os Presidentes de Câmara.-----

Numa lógica de descentralização para as câmaras municipais e para as comunidades intermunicipais, não faz sentido irmos aprovar uma moção que vem exatamente contra isso, por isso votamos contra.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**:” Isto é uma moção meramente ideológica. -----

Para justificar várias coisas por votamos contra, eu tenho um copo com água e está cheio, vou diminuir os impostos e fico com o copo a meio, vou diminuir as tarifas e fico com o copo quase vazio, ao ficar com o copo vazio não consigo pagar os custos, as coisas, ou seja, isto é meramente ideológico. -----

Se alguém me conseguir provar que diminuir os impostos e as tarifas, continua tudo a ser rentável, até podia concordar, mas é impossível. -----

Referiu **António Ferreira**: “Desconheço essa teoria dos copos, mas de qualquer forma parece-me que a nossa posição é uma posição que corresponde aquilo que

---

aconteceu na Assembleia da República com todas as oposições a votarem contra este pacote legislativo, que vai fazer uma rotura com tudo aquilo que foi conseguido até ao momento. -----

Todas as privatizações feitas ultimamente, são as empresas que dão lucro, ou têm uma perspectiva de dar lucro é que são privatizadas. “ -----

Interveio **Luís Grácio**: “ A grande questão que se coloca a esta questão do direito ao transporte público e à mobilidade das populações, tem a ver com uma liberdade que todos os povos tem de circular e o povo português tem a liberdade de circular. -----

Acontece que em muitas situações os custos são suportados pela sociedade, aliás, a maior parte das empresas necessitam de transportes em bom desenvolvimento, áreas metropolitanas com transportes significativos e até redundantes no sentido de facilitar as deslocações das populações. -----

O que se passa neste momento é que uma grande parte das empresas públicas de transportes, tem tido prejuízos bastante avultados e custos elevadíssimos, inclusivamente porque o Governo não faz as transferências das compensações para as respetivas entidades no sentido que elas fazem uma prestação de serviço de social e o que se está a verificar, é uma tentativa de deslocar essas empresas para as autarquias e aquelas que têm rentabilidade para os privados, é isso que se está a verificar.” -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Democrático Social. -----

O Bloco de Esquerda apresentou a seguinte moção: -----

#### **MOÇÃO** -----

#### **A água como um bem público e um direito humano fundamental.** -----

As autarquias estão a ser confrontadas com uma ofensiva governamental contra a autonomia do poder local. Também na gestão pública dos sistemas de águas, a proposta do governo sobre a designada “Reestruturação do Setor das Águas”, no seguimento da Lei nº 12/2014, de 6 de Março, retira às autarquias a responsabilidade da administração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água. -----

Não nos devemos esquecer, antes de mais, que a água é um bem público, uma necessidade primária e um direito humano fundamental. -----

Com esta designada “Reestruturação”, que impõe a fusão dos atuais 19 sistemas multimunicipais em apenas cinco: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo e EPAL, Águas do Alentejo e Águas do Algarve, são postas em causa as legítimas opções das autarquias, são impostas várias alterações penosas para os cidadãos e para os municípios: -----

- o aumento generalizado dos tarifários independentemente das decisões municipais, -----
- as receitas e os ativos dos sistemas em alta realizados com investimento autárquico são transferidos para novas entidades, -----
- o papel das autarquias nos sistemas “em alta” é desvalorizado, -----
- é dado um grande passo para a privatização da distribuição “em alta”. -----

A privatização não resolverá nenhum problema do setor das águas. A privatização do setor prejudicará o país como um todo, induzirá um custo ao

---

utilizador muito acima do necessário e acentuará as desigualdades sociais no acesso à água. -----

Como um dos elos mais próximos de ligação entre a cidadania e o Estado, dado o seu carácter de representação política e democrática, esta Assembleia Municipal não deverá ficar alheia a esta temática. -----

Assim, a Assembleia de Municipal do Entroncamento decide: -----

– **Manifestar a sua oposição à designada “Reestruturação do Setor das Águas” que impõe pesados aumentos na fatura cobrada às autarquias e impactos negativos nos preços pagos pelos consumidores finais;** -----

– **Reclamar a participação das autarquias locais na definição de políticas para o setor das águas que, corrigindo as insuficiências já detetadas, garantam a continuação dos indiscutíveis progressos já alcançados na captação e distribuição da água às cidadãs e cidadãos do país.** -----

– **Dar conhecimento desta sua decisão à CIMT, aos Grupos Parlamentares dos Partidos representados na Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Ambiente e ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.** -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Apoiamos a moção do Bloco de Esquerda.

Queria chamar à atenção, que enquanto nós estamos num processo da privatização, aliás, este é um processo que está a ser idêntico à privatização dos resíduos pelas Águas de Portugal. -----

Já aqui foi falado dos Fundos Comunitários que nos foi apresentado ontem na Assembleia Intermunicipal, não há nada de fundos nesta área para os municípios, existem fundos para esta área mas não são para os municípios, são para os grupos económicos utilizarem para pressionarem as autarquias para a privatização. -----

Acho que é de louvar os municípios que de facto disseram um não contundente ao Governo, em relação às propostas da centralização e concentração dos serviços. ----

Os franceses começaram este processo há trinta anos, hoje querem-se ver livres dele, têm problemas ambientais, os recursos não são respeitados, a água é extremamente cara e os problemas essenciais da população não são resolvidos.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Esta moção do Bloco de Esquerda parte da base que existe uma privatização das águas e portanto, ela vem ferida à priori. -----

É engraçado perceber que quando nós falamos em Estado Central dar competências em descentralização às autarquias, não se quer porque aquelas competências não são para as autarquias. -----

Quando se fala alegadamente de alguma competência da autarquia poder passar para uma empresa do Estado garante de águas, valha-me Deus, porque estamos a tirar competências às autarquias. -----

Na Guarda, se nós olharmos para um todo do País, na Guarda a água era muito mais cara do que em Lisboa e a água vinha do mesmo sítio, aliás, a água de Lisboa, uma grande parte dela é captada no Castelo do Bode e a empresa que vai gerir as águas e que abrange o nosso território, está sediada na Guarda. -----

Para quem defende tanto o interior, para quem defende tanto as autarquias, a empresa vai para a Guarda, os custos da água em todo o País vão ser uniformizados para uns não poderem pagar muito e outros pagar quase nada. -----

Manifestamente estamos contra esta moção e vamos votar contra.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “ Relativamente à moção e à semelhança de outra já aqui apresentada e considerando que isto possa trazer alguns custos para o consumidor

---

final, é evidente que nós não concordamos que haja um aumento ou que possa haver um aumento, nesse pressuposto, a bancada do PS votará favoravelmente.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Era só para dizer que não são estes sistemas que fornecem a água mais barata às nossas populações. -----

Na nossa região o sistema que fornece água mais barata às populações é as Águas do Ribatejo, tem feito investimentos ao longo destes anos, fornece as águas mais baratas, é evidente que tem um problema que eu não concordo que é a junção da água em baixa, com a água em alta.” -----

### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Democrático Social.-----

Seguidamente **Luis Grácio** apresentou a seguinte moção: -----

### **MOÇÃO** -----

A Manutenção Militar (MM), que até à data, vem assegurando o fornecimento de víveres, géneros alimentícios e alimentação confeccionada a todo o Exército Português, além da gestão de todas as Messes deste Ramo das Forças Armadas, vê a sua continuidade ameaçada, dada a sua extinção da instituição ter sido determinada pelo Decreto-Lei n.º 11/2015, de 26 de Janeiro.-----

Este propósito compreende o encerramento de diversas delegações espalhadas pelo território nacional, assim como a diminuição de efetivos entre as quais da sucursal do Entroncamento que, paradoxalmente, na nova organização equacionada para a futura empresa – EMM – Gestão Partilhada, EPE – é considerada, além da sede em Lisboa, o ponto de abastecimento para todo o Exército Português. -----

Durante o corrente mês os trabalhadores da MM do Entroncamento foram confrontados, com a receção nos seu correio eletrónico pessoal, sem aviso prévio e a altas horas da noite, de comunicação a informar o seu “*envio*” para a chamada “*mobilidade*”. -----

Esta situação contrasta com as expetativas de crescimento da atividade da sucursal da MM do Entroncamento, dada a sua centralidade geográfica e do reconhecimento da importância das instalações e do desempenho de excelência da equipa do Entroncamento. -----

A maioria dos trabalhadores abrangidos por esta medida, do nosso concelho e concelhos limítrofes, têm dezenas de anos de serviço e dificilmente obterão nova colocação ou outras oportunidades de trabalho. -----

Estes nossos municípios e a suas famílias vêem-se assim confrontados com um futuro imediato de enorme instabilidade emocional e económica, estando a passar por momentos de incerteza, ansiedade e desesperança. -----

Esta ação de desativação e redução da atividade da MM, nomeadamente da MM do Entroncamento é particularmente sentida na nossa cidade quando relacionada com outras ações de carácter semelhante que têm vindo a dar azo a outras tantas reduções e extinções de postos de trabalho, com especial significado no que se prende com a atividade ferroviária. -----

Nestas circunstâncias a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária em 29-04-2015, decide manifestar: -----

1. A sua solidariedade com os trabalhadores da MM do Entroncamento, na sua exigência de manutenção dos postos de trabalho e do respeito pelos seus direitos;-----

---

2. A sua preocupação e discordância pela progressiva desativação da delegação do Entroncamento da Manutenção Militar, empresa histórica no concelho, cujo encerramento progressivo atinge a economia e a própria identidade local. -----

3. Dar conhecimento desta decisão à Comissão de Defesa Nacional, os partidos representados na Assembleia da República e ao Ministério da Defesa Nacional. -----

Continuando referiu: “Não é novidade para ninguém aquilo que se está a passar com a Manutenção Militar. -----

Uma pequena referência, no parágrafo três há uma precisão que é preciso fazer aonde diz:” Durante o corrente mês os trabalhadores da MM do Entroncamento foram confrontados, .....” Deve-se ler: “ Durante o corrente mês 32 dos 53 trabalhadores da MM do Entroncamento foram confrontados, .....” -----

Relativamente ao que se está a passar com os trabalhadores da Manutenção Militar, tem tudo a ver com as alterações à própria existência da Manutenção Militar, decorrentes do Decreto-Lei nº 11/2015, de 26 de janeiro, que fez desaparecer um conjunto de delegações e sucursais da própria Manutenção Militar, no do Entroncamento, uma das mais antigas da instituição e com um trabalho meritório e reconhecido aparentemente até hoje por todos os que usufruíam dos serviços da Manutenção Militar. -----

Os trabalhadores da Manutenção Militar dos 53, 32 receberam a altas horas da noite nos seus e- mail pessoais informação que estavam na chamada “*mobilidade*”. ----

A forma como este assunto é tratado, a indisponibilidade, o desprezo para com estes trabalhadores, mas também muitos destes trabalhadores são pessoas na ordem de idade de 55 a 60 anos e alguns com 35 a 40 anos de serviço e que muito provavelmente encontrarão muita dificuldade para reingressar no mercado do trabalho.

Muitos destes 32 funcionários são nossos munícipes, outros de concelhos limítrofes e isto reflete-se inevitavelmente se nós juntarmos o que se está a passar com a ferrovia, com a diminuição de postos de trabalho, com todo a perspetiva da privatização da EMEF, um enquadramento bastante negro do ponto de vista da cidade do Entroncamento. -----

É neste sentido que nós apelamos e propomos que a assembleia municipal se pronuncie de uma forma inequívoca pelo apoio e solidariedade aos funcionários da Manutenção Militar e pela denúncia do que se está a passar, com o ataque à economia local e aos trabalhadores.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Fazemos aqui uma ressalva, a manutenção Militar nada tem a ver com a EMEF e portanto não vamos misturar alhos com bugalhos. -----

Este é um problema que é conhecido de todos, o PSD apresentou na Assembleia de Freguesia de São João Baptista uma moção que foi aprovada, apoiou uma moção na Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que também foi aprovada e hoje aqui nesta assembleia, obviamente que irá apoiar a moção apresentada.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Aquilo que deu origem às Manutenções Militares foi as Forças Armadas mais modernas e surgiram no final do século XIX. -----

Elas tiveram um papel importante em tudo o que era inovador, a inovação que se criava nestes serviços das Forças Armadas, serviam também para outros setores. -----

Acontece que hoje em dia, deixamos de ter uma política em termos de defesa nacional e estamo-nos a livrar de setores que são importantes e que foram estratégicos no passado. -----

Com estes 25,5 milhões de euros que vão servir para absorver as dívidas da Manutenção Militar e outros organismos, nós tínhamos hoje setores extremamente

---

modernos, com postos de trabalho para muita gente e poderiam servir de serviços e como fatores de inovação para outros setores da economia inclusivamente para a nossa área.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “ Evidentemente que a bancada do PS entende por bem apoiar, mas gostávamos de ressaltar aqui um aspeto que para nós é preocupante e que já foi aqui referido pelo Bloco de Esquerda, que é este desrespeito que já estamos habituados pelo Governo em atuação, de comunicar por e-mail.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “ Cheira a campanha eleitoral. -----

Somos favoráveis a esta moção, e queríamos frisar que seria muito bom da parte da câmara municipal aproveitar para fazer alguma força junto do Governo e aproveitar os tecnopolos que nós temos tanto da ferrovia como da Manutenção Militar e podermos fazer alguma parceria com alguma instituição ou universidade e fazer alguma coisa de útil com estes 32 dos 53, possam ser englobados nalguma coisa que possa ser criado à posteriori.” -----

**Luís Grácio** referiu: “ Só para referir que para uns cheira a campanha eleitoral, para outros cheira a perda de rendimentos, desespero.” -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **Ezequiel Estrada**: “ Uma nota breve de caráter informativo, para dizer que está previsto para o dia 15 de maio a realização do Conselho Diretivo da ANAFRE, no concelho do Entroncamento e com a assinatura de um protocolo com o Museu Nacional Ferroviário.” -----

Proseguiu **Luís Grácio**: “ Para referir uma situação que se passou na última assembleia e que agora tem reflexos no presente. -----

Foi aqui apresentada na altura uma proposta do CDS-PP de uma redução da taxa do IMI para famílias com filhos. -----

Na altura o Bloco de Esquerda contestou a forma como a proposta era feita, até porque, entendia e entende, que a redução do IMI devia ser feita a nível da própria lei do IMI. -----

Foi feita e apresentada uma proposta de lei do Bloco de Esquerda sobre a redução do IMI e pasme-se, PSD, PS e CDS-PP votaram contra, tanto interesse e preocupação com pagamento de IMI pelas famílias e quando se chega à hora da verdade para diminuir o IMI das habitações de residência própria, o CDS-PP vira o bico ao prego.” ---

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “ Queria congratular-me e dar os parabéns ao executivo pelo regresso da chamada Feira de Abril ao Entroncamento. -----

Tenho o prazer de poder privar com uma das pessoas que colaborou com a autarquia, o senhor Paulo, das Diversões Simões, do qual sou amigo há longos anos e posso garantir que foi de bom grado para eles e para a população que aderiu, ao contrário do que as más-línguas diziam. -----

Nós CDS-PP no Entroncamento e respondendo ao senhor Luís Grácio, quando propusemos a baixa do IMI para as famílias, é porque o IMI é uma fonte de rendimento para as câmaras, não podemos nem devemos misturar a *beira da estrada com a estrada da beira*, nós estamos a preocupar-nos com famílias para baixar o IMI, de maneira a que a câmara municipal, tanto esta como as outras não tenham nenhum problema financeiro, vamos baixar o IMI e lá está, eu guardei o meu copo de água e quando eu precisar

---

realmente da água não a tenho, é a ideologia política pura, continuamos a desperdiçar tempo nesta assembleia a falar de política nacional quando temos tantos problemas para poder resolver e debater. -----

O CDS-PP do Entroncamento, irá marcar uma reunião com o senhor Presidente do Executivo, para debater alguns pontos que oportunamente se trará a esta assembleia municipal de desenvolvimento e dinamismo para o Entroncamento. -----

Acreditamos que a nossa cidade merece ainda mais do que está a ser feito e precisamos de dinamismo, salientando desde já, que estamos abertos a receber propostas de outros partidos, para que possamos todos juntos olhar para o Entroncamento e fazer um projeto com futuro e não fazer o cantinho do CDS, do PS, etc. -----

Isto era para ser uma moção, mas preferimos trazer aqui porque não temos tempo para fazer moções, para mim hoje é um dia bastante complicado, acreditamos que estamos aqui todos para o bem comum e quando pensamos assim, chegamos mais longe.” -----

Referiu **Fernanda Alves**: “ O senhor deputado do CDS tirou-me as palavras relativamente àquilo que queríamos dizer que era dar os parabéns à câmara pela retomada Feira da Abril. -----

Ficamos satisfeitos por ver que os outros também têm esta visão, o que ouvimos da população em geral foi bom. -----

Sobre a questão que o senhor deputado Pedro Gonçalves aqui referiu sobre a questão do IMI, fico satisfeita por ver que está do lado das famílias, assim o Governo que é composto também pelo CDS tivesse essa preocupação, que até hoje não fez mais nada do que cortar e diminuir o poder de compra dos portugueses.” -----

**Telma Jorge** referiu: “ A bancada da CDU tinha a intenção de deixar aqui uma saudação no sentido em que este é um período, em que todos sabemos se assinalam duas grandes datas, o 25 de Abril e o 1º de Maio, embora cada uma delas com objetivos diferentes, ambas convergem no objetivo final na construção de uma sociedade mais justa, com melhores condições de vida, progresso e justiça social. -----

Enquanto a revolução de Abril consagrou conquistas importantes, a liberdade, a democracia, a criação de condições para um efetivo desenvolvimento social e económico. -----

Por outro lado, há mais de um século que os trabalhadores de todo o mundo comemoram o 1º de Maio como o Dia Mundial do Trabalhador. -----

Num contexto em que a política de direita se intensificou sobre o pretexto da redução da dívida, desencadeou-se a mais brutal ofensiva contra os trabalhadores, aposentados, jovens e outras camadas populares, com a redução de salários e pensões, com o corte de apoios sociais, aumento de impostos e ainda com a privatização de empresas essenciais à economia nacional, com o encerramento de serviços públicos, escolas, centros de saúde, tribunais. -----

Os resultados estão à vista de todos nós, a dívida aumentou para montantes insustentáveis, o desemprego subiu, o número de jovens sem trabalho atinge valores elevadíssimos cerca de 35% e todos os dias os nossos jovens são obrigados a emigrar. –

A bancada da CDU nesta assembleia, saúda assim neste contexto muito difícil, a luta dos trabalhadores e da população e apela à sua participação nas comemorações do 1º de Maio no nosso distrito, em Santarém, nomeadamente na manifestação convocada pela CGTP, pelas 15 horas no dia 1 de Maio, dando o seu contributo para uma rutura com a política de direita e por uma verdadeira alternativa patriótica e de esquerda. “ -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Fico sempre um bocadinho constrangido quando ouço falar das políticas de direita. -----

---

Na Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima é frequente distribuir-se a documentação aos senhores deputados e os documentos que são entregues publicamente aos senhores deputados, que contém o nome de todas as pessoas que são apoiadas pela freguesia e o montante que a freguesia apoia cada pessoa, eu já nem sequer digo, que isto vai contra todas as leis de proteção de dados que existem neste país e que possam ser alegadas, porque vai, isto é uma questão de bom senso, eu não o faço aqui e agora para não ficar em ata, porque senão ia ter o mesmo efeito. -----

Nós como autarcas que fazemos um documento que é público, com o nome de pessoa que a autarquia apoia, refiro-me à Junta de Freguesia, e põe o nome destas pessoas na praça pública, pessoas que estão a passar dificuldades, que precisam de apoio e que veem o seu nome em documentos públicos que são distribuídos, parece-me no mínimo, para não dizer ridículo, é no mínimo grave. -----

Sei que já há um princípio de entendimento para tentar resolver isto, mas já na última reunião da assembleia de freguesia tinha havido um princípio de entendimento de uma proposta do Partido Social Democrata e ela não foi acatada e portanto, nesta assembleia municipal que tem de tratar dos problemas de todo o Entroncamento, faço aqui um pedido ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que de uma vez por todas, extinga este documento que se chama: Listagem Mensal de Apoio Social a Pessoas e Famílias Carenciadas no ano de 2015. -----

Extinga o documento que se chama: Listagem Mensal de Produtos Farmacêuticos Fornecidos a Pessoas Carenciadas no ano de 2015, porque também tem cá os nomes e valores que foram atribuídos e extinga uma tabela que se chama: Listagem de Famílias apoiadas com conservas em 2015, é que isto não é só pela quantidade de conservas, é mesmo porque estar a pôr na rua, seja quem for, o nome de uma pessoa que precisa de ajuda, é mauzinho. -----

Se o senhor Presidente da Junta de Freguesia não concorda e espero que não concorde com isto, nunca deveria ter autorizado a saída deste documento da junta de freguesia, neste momento, as pessoas que estão aqui atrás de mim, conseguem saber o nome de todas as pessoas que a junta de freguesia apoia e isso é vexatório.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Sempre que me é possível, gosto de acompanhar as reuniões das assembleias de freguesia, por acaso este mês de abril, estive nas Assembleias de Freguesias de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista e assisti a esse problema que o senhor deputado acabou de referir, ele teve uma justificação técnica do contabilista e penso que essa questão vai ser ultrapassada e resolvida. No entanto o senhor Presidente Ezequiel Estrada falará nisso.” -----

Respondeu **Ezequiel Estrada**: “ Relativamente à situação, foi pena que o senhor deputado José Miguel nunca tenha estado presente numa reunião da assembleia de freguesia, que assim, tinha outra maneira de abordar esta situação. -----

Dizer que efetivamente o documento é distribuído apenas aos elementos da assembleia de freguesia, e não ao público. -----

Dizer também, que uma proposta da CDU em tempo, para que constasse os nomes das pessoas nos respetivos mapas de apoio e foi aprovado por toda a assembleia.

Ontem houve uma situação que se alterou e eu aceitei, que fosse feita uma recomendação à junta de freguesia para que junto do técnico se alterasse este procedimento. -----

No entanto no próximo mês de junho, vamos alterar, mas os mapas que justificam efetivamente o elevado número de pessoas carenciadas que necessitam de apoio que comportam valores que mensalmente ultrapassa os dois a três mil euros.” -----

---

Pediu a palavra **José Baptista**: “ O senhor Presidente de Junta não percebeu e peço desculpa porque fui eu que me exprimi mal com certeza. -----

O que estamos a referir são listagens com nomes de pessoas e são públicas são senhor Presidente porque eu tenho-as no meu correio eletrónico, qualquer um de nós pode ter. -----

Quando o senhor entrega um documento a um deputado municipal ele é público ao contrário do que o senhor diz, o senhor pode não andar a mostrá-lo na rua, de certeza que não anda, de certeza que não o pôs no edital da junta e afixou, de certeza que não pôs, mas o documento é público e o senhor sabe isso tão bem como eu. -----

Para terminar este assunto, porque isto é de lamentar e é para resolver, o senhor Presidente informou do valor que dava, eu também vi a listagem mensal, não preciso de lá estar porque estão lá autarcas do meu partido que sabem muito bem o que fazem. ----

Isto não é um reparo àquilo que o senhor Presidente faz com o dinheiro da junta, acho muito bem que tenha tomado as medidas que achava que tinha que tomar, o senhor Presidente deve decidir em conformidade com aquilo que são as suas ideias e ideais com o estado direito democrático, não temos nada contra isso, só alertamos para uma situação e que já tinha sido alertada, que foi a listagem ter o nome das pessoas que são apoiadas, isto é inadmissível.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Geralmente este tipo de informação é sigilosa e nós temos a experiência disso com a informação que nos chega da assembleia municipal. ---

Não me aflige que tivessem sido dados os nomes das pessoas aos eleitos, eles têm o direito de saber, o que me aflige é como é que essa informação chega a outras pessoas e deve ser investigada essa fuga de informação até porque os eleitores devem saber que não devem confiar nessa pessoa.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Começamos aqui uma discussão bastante grande em relação a este assunto, quando não há motivos para isso. -----

Penso que foi encontrada uma solução interessante, estava lá o técnico de contas que explicou a situação, por outro lado, por parte da junta de freguesia e tem a ver com a contabilidade, foi explicado que em relação a determinadas faturas por exemplo, a junta quer apoiar uma associação com uma deslocação, decide apoiar com o gasóleo, a fatura tem que ser a junta de freguesia a pagar, se vem lá gasóleo, dormidas, ou outra coisa qualquer para a junta pagar, chega-se a uma conclusão que junta de freguesia é esta? Como aconteceu com o raio da gaiola, no relatório constava que a junta tinha comprado uma gaiola para passarinhos, isto é cair no ridículo e de facto, aparentemente é.” -----

Pediu a palavra **Marco Geração**: “ Pedi a palavra para referir uma situação que já se está a passar a alguns meses, que tem afetado nomeadamente as pessoas que residem na rua Vasco da Gama e junto à linha perto dos Bombeiros. -----

Estão a ser efetuadas obras na linha, intermitentes, normalmente é aos fins de semana, começam à meia-noite e acabam às quatro, cinco da manhã, já telefonei para a PSP, eles já verificaram o alvará e disseram que não podiam fazer testes de ruído, o problema é exatamente esse. -----

É claro que a CP terá que fazer os trabalhos na linha numa altura de menor movimento de comboios, isso faz todo o sentido, mas também faz todo o sentido, acautelar o que é o direito e a lei do ruído. -----

Acho que faria sentido, a câmara verificar se realmente o alvará tem alguma coisa em relação à lei do ruído, fazer as devidas medições ou pedir a quem de direito possa fazer as medições. -----

No meu entender, aquela zona das linhas devia ter no decorrer das obras barreiras sonoras, não tem, perguntei aos funcionários a quem pertencia as obras, responderam

---

que não sabiam, de modo que solicitava à câmara que se fosse possível e acho que faz sentido, sejam feitas essas medições.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Tem utilidade, tem alguma relevância e interesse que a senhora Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, venha a uma assembleia municipal para falar do projeto da comunidade que está em curso, no fundo um bocadinho daquilo que ouvimos ontem, se calhar mais desenvolvido porque já terá passado mais algum tempo. -----

Acordei com a senhora Presidente ontem, ela vir à próxima assembleia municipal na próxima sessão de junho. “ -----

Referiu **José Baptista**: “ Obviamente que o deputado António Ferreira, sabia perfeitamente o que estava a dizer. -----

Se a CDU prepara em conjunto com os seus autarcas as reuniões da assembleia de freguesia, assembleia municipal e executivo, porque é que os outros partidos não poderão fazê-lo e se as preparam, têm acesso aos documentos e nós também temos, não há aqui nenhum bufo, não há aqui ninguém que tenha que estar em chincana na praça pública, há uma partilha de documentos que são públicos. -----

Sobre a Assembleia da Comunidade Intermunicipal que decorreu ontem, foi aprovado o relatório de gestão de 2014 e foi apresentado pela senhora Presidente aqueles que são os estudos que estão a ser feitos para a eventual candidatura ao novo quadro comunitário até ao dia 21 de maio. -----

Houve uma alteração às grandes opções do plano e a reunião baseou-se toda na questão das linhas mestras da candidatura ao novo quadro comunitário, explicou que há áreas em que a comunidade tem obrigatoriamente que se candidatar. -----

Creio que seria interessante a senhora Presidente da CIMT vir ao Entroncamento e explicar toda a questão relativa às candidaturas.” -----

Não existindo pedidos de intervenção por parte do público presente, entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. -----

## ORDEM DOS TRABALHOS

### PONTO NÚMERO UM

### APRECIACÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Pediu a palavra **Sara Domingos**: “ Começo por referir o elemento que fica aquém das nossas expetativas que foi o resultado líquido. -----

O resultado líquido não foi o esperado devido à influência das amortizações que atingiram os 382 mil euros, uma vez que no ano transato foram regularizados os processos que estavam em curso. -----

Houve também a criação de uma provisão para faturação na ordem dos 187 mil euros. -----

Como todos sabemos, tanto as amortizações como as provisões não dão origem a entrada e saída de fluxos, portanto, não há aqui nenhuma situação mais grave, antes pelo contrário. -----

Apesar disto, o município reduziu os custos de exploração, estes sim, dão origem a saída e entradas de fluxos financeiros no valor de 516 mil 042 euros, que resultam do somatório do resultado líquido, amortizações e provisões, são estes que avaliam a capacidade de o município assegurar a manutenção do capital, em amortizar capital alheio e permitir o autofinanciamento, aqui houve um resultado positivo na ordem dos 2.541.374 euros. -----

Quanto aos compromissos, o executivo está a pagar os compromissos assumidos em anos anteriores e a reduzir a dívida corrente e extraordinária. -----

---

O valor da dívida desceu quatro milhões de euros, se quisermos demonstrar melhor a sua realização, podemos mencionar que em finais de 2012 a dívida se cifrava em 15 milhões de euros, em finais de 2013 em 13 milhões e seiscentos mil euros e em 2014, dois milhões e oitocentos mil euros. -----

Outro indicador não menos importante, será o prazo médio de pagamentos, que tal como foi o nosso compromisso eleitoral, pretendemos reduzir em prazo para menos de 90 dias. -----

Este ano o resultado cifrou-se nos 84 dias, com uma média de 79 dias. -----

Esta redução é deveras importante para que o município aumente a sua credibilidade junto dos fornecedores, uma vez que terá maior poder negocial conseguindo preços mais baixos, além de que, introduz meios monetários junto da população que servirão certamente para consumo e aumentar a atividade económica. ----

Não foram contraídos empréstimos nesse ano. -----

Os proveitos aumentaram na ordem do 0,5%, devido ao aumento verificado nos proveitos e ganhos extraordinários, das transferências de capital que respeitaram ao princípio da especialização de subsídios para investimento na sequência das obras comparticipadas. -----

A faturação do município com as Águas do Centro, teve um valor 387 mil 079 euros. -----

Quanto ao balanço: -----

O ativo líquido totaliza 58 mil 861 euros, deste valor a rubrica mais importante é o imobilizado líquido, os fundos próprios representam 31% e o passivo 69%, de salientar que apenas 7,1% são ilegíveis a curto prazo, o restante resulta de empréstimos que foram efetuados a médio e longo prazo. -----

Face a estes números, a bancada do PS dá os seus parabéns ao executivo pelos resultados finais, uma vez que foram alcançadas já algumas das promessas eleitorais e penso que até ao fim do mandato só irá melhorar e por isso, vai votar favoravelmente a proposta do executivo que resulta da transferência do valor do resultado líquido para a conta dos resultados transitados.” -----

Prosseguiu **Pedro Gonçalves**: “ O CDS-PP acha que há aqui alguns pontos bastante positivos, diminuição da dívida e sobretudo diminuição do prazo de pagamento aos fornecedores. -----

Porém, acho um pouco estranho estar-se a implementar na nossa autarquia algumas das medidas que têm sido tomadas pelo nosso Governo, os senhores deputados do PS vêm para aqui criticar o nosso Governo, quando aqui temos exatamente o mesmo que se tem aplicado, cortou-se com os recibos verdes, tem-se tentado encher os cofres, e isto é um paralelismo tão grande com o Governo, não compreendo como é que vocês vão votar favoravelmente as contas e obviamente não faria outro sentido, antes disto estiveram a criticar o Governo português, não consigo perceber, é demagogia.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Em primeiro lugar é de enaltecer a qualidade e profundidade técnica do documento que nos é apresentado, elaborado pelos técnicos do Município, qualidade essa a que nos habituaram ao longo dos anos. -----

No entanto, e porque há uma apreciação política a ser feita, constatamos que pelo segundo ano consecutivo a exploração do exercício saldou-se por um resultado negativo. Este ano o défice é de 645.880,88 euros. -----

No que aos recursos humanos diz respeito verificamos uma redução de 336 para 319 trabalhadores, ou seja, cerca de 5,89%, o que por consequência originou um decréscimo de 7,29% nos encargos com o pessoal. -----

---

Ao contrário do ano passado, onde tinha havido um decréscimo de 4,4% os proveitos aumentaram cerca de 0,5%. Os Custos Totais no entanto aumentaram em 2,6%. -----

Pela positiva é de realçar a diminuição global da dívida em 6,3%. -----

Não podemos deixar passar em claro a *Nota Introdutória do Enquadramento, Organização, Participações e Financiamento de Investimentos*. Uma vez que não estamos a falar para investidores chineses, mas sim para autarcas portuguesas e de partidos diversos da maioria que governa esta câmara, é de louvar e replicar afirmações produzidas no texto junto de outros dirigentes nacionais do Partido Socialista, e que de seguida passamos a replicar: -----

“ O ano de 2014 ficou marcado pelo fim do programa de assistência económica e financeira e conseqüente saída da Troika de Portugal. Deu-se início a uma nova fase, ainda um pouco desconhecida e marcada pela desconfiança. O défice externo está controlado, as contas públicas melhoraram e a capacidade de financiamento está restaurada. Fica um milhão de desempregados e a carga fiscal mais elevada de que há registo. A solução para inverter esta situação passa seguramente pelo crescimento económico. -----

Depois de um período inédito de três anos de contração da economia, Portugal conseguiu em 2014 voltar a crescer. O PIB cresceu 0,9% em 2014 depois do recuo de 1,4% registado em 2013. A última vez que se tinha registado um crescimento anual positivo tinha sido em 2010, ano em que a economia cresceu 1,9%, nas vésperas da chegada em força da crise da dívida soberana europeia em Portugal.” -----

Enfim, como diz o Povo: “ Pela boca morre o peixe.” -----

Quanto ao que às revisões e alterações orçamentais diz respeito, passámos de três revisões orçamentais para uma, mas ao invés passámos de 1 alteração orçamental para onze! Se fossemos como outros no passado recente, afirmaríamos que não tinha havido rigor na elaboração do Orçamento para 2014 e que este carecia inicialmente de muitas das corretas verbas necessárias para a sua implementação, numa tentativa furada de mascarar a verdadeira receita e despesa do Município. -----

Pode ser que agora compreendam que as alterações orçamentais, quando devidamente justificadas, são um “mal necessário” para uma implementação adequada do orçamento. -----

Em relação às Receitas, as Receitas Correntes possuem um desvio negativo de 2,5%, mas as Receitas de Capital possuem um desvio negativo de 58,7%, muito influenciado pela rubrica “09 – Venda de bens de Investimento” com um desvio negativo de 96,34%, ou seja dos 1.952.721,00 euros foram realizados apenas 71.492,07 euros. Poderia ser eventualmente uma surpresa, mas não! Já na Prestação de Contas de 2013 o desvio negativo era de 98,74% ou seja dos 3.823.232,00 euros orçamentados foram realizados, apenas, 48.203,50 euros. Toda esta situação seria “anormalmente normal”, não fora a feroz crítica no passado da parte do porta-voz da bancada do partido Socialista na Assembleia Municipal, que questionava a inclusão da venda de terrenos no Orçamento, apelidando-a de “fantasiosa e enganadora”. -----

Perguntamos: O que mudou de lá para cá? -----

Respondemos: Mudou-se da oposição para a governação e tal como nos habituou, o PS “virou o disco e tocou o mesmo”. -----

Não se pode deixar de verificar que o IMI, apesar da ténue diminuição da sua taxa, registou um aumento de receita de 2.404.378,99 euros em 2013 para 2.628.546,04 euros em 2014, cerca de mais 224.000 euros. -----

---

No que concerne à despesa, começamos por um facto que nos parece de relevar e que passamos a reproduzir: -----

“ No que se refere a **remunerações certas e permanentes**, assistiu-se a um acréscimo de 44,12% nas **remunerações dos membros dos órgãos autárquicos**, que passaram de 105.854,21 euros para 152.552,93 euros o que teve também um impacto direto no aumento nas **despesas de representação de 20,49%**, visto que devido à reorganização dos serviços municipais, as despesas de representação dos dirigentes também registaram uma redução.” -----

Ou seja, em relação ao mandato autárquico anterior, as despesas com dirigentes dos membros autárquicos, mesmo com a redução do número de dirigentes teve um aumento de aproximadamente 47.000,00 euros! Tal facto deve-se à existência de 2 Vereadores a Tempo Inteiro, além do Presidente e Vice-Presidente e de um Chefe de Gabinete! Opções! -----

De relevo também será constatar que dos pagamentos efetuados, a maior parte (74,07%) foi destinada ao serviço da dívida (amortização de empréstimos e pagamento de juros). Tal facto não é estranho o INVESTIMENTO realizado nos mandatos anteriores, para o bem da população, nomeadamente nas áreas da Educação, Desporto e Lazer. -----

Em relação à rúbrica da Juventude é de lamentar que não tenha sido efetuado qualquer pagamento nesta área. A reivindicação da maior aposta na Juventude noutros mandatos, caiu no vazio e foi arquivada na gaveta do esquecimento. -----

De denotar também que na rúbrica Bancos, e fazendo a comparação com o ano anterior podemos constatar que em 2013 existiam 657.476,26 euros e em 2014 276.591,98 euros.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Saliento com agrado alguns pontos positivos que estas contas têm. -----

Já aqui foi referido a diminuição da dívida, não é só no nosso município mas em todos os municípios e isto advém essencialmente da pressão que está a ser feita no sentido da redução da dívida, que leva a grandes problemas nos municípios. -----

É também verdade como na generalidade dos municípios portugueses, que o prazo médio de pagamento diminuiu substancialmente, isso é obrigatório senão começam as sanções. -----

As contas são importantes e os resultados são importantes porque de facto vêm de encontro aquilo que são as exigências do Governo e não vamos ter penalizações por aí.

Acho que na ordem dos trabalhos, isto mais uma vez acontece, já tem acontecido outras vezes, não muito, o ponto número quatro, RESITEJO devia ter vindo em primeiro lugar, a decisão que tem a ver com a RESITEJO vai traduzir-se naquilo que está no orçamento. -----

Sabem perfeitamente que na página 178 está traduzida a dívida da RESITEJO nas nossas contas. -----

Vou referir algumas questões, temos uma declaração de voto que irei entregar. ----

A CDU revê-se nas posições da ANMP saídas do XXII Congresso que formula, por exemplo, nas chamadas “propostas” o seguinte: -----

“ Rever um conjunto de diplomas legais que atentam contra a autonomia local, nomeadamente, o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, ...” -----

Estamos contra as Leis das Finanças Locais, do Orçamento de Estado e outras que pressionam os municípios a refletir as dívidas das **participadas associações na**

---

**capacidade de endividamento dos municípios**, enquanto diversamente com as empresas participadas só é exigido o **equilíbrio das contas de exploração**. -----

No entanto, apesar da discordância da lei, votamos contra o método de cálculo da dívida da RESITEJO para a Dívida Total do Município do Entroncamento por razões de salvaguarda do município e dos eleitos da CDU. Baseamo-nos em duas informações: uma **informação do site IGF**, complementada por uma **apresentação num colóquio** sobre a mesma matéria e, uma **Informação do Revisor Oficial de Contas**, desta câmara. -----

Numa apresentação, no colóquio “A Nova Lei das Empresas Locais”, promovido pelo SEDRIP e Universidade de Coimbra, Alexandre Amado – responsável técnico pela lei das finanças locais e especialista da IGF – ao falar sobre a Dívida das Autarquias, diz: -----

“ Mas sendo uma associação, parecendo claro que as associações de municípios não têm capital, a questão é a de saber como (em que percentagem) imputar o seu endividamento aos municípios participantes? Independentemente das dificuldades de interpretação e concretização do quadro legal (a que aludimos anteriormente), **o endividamento das associações de municípios (Empréstimos de Médio e Longo Prazo, Empréstimos de Curto Prazo e Endividamento líquido) tem de ser imputado aos municípios que a integram para efeito dos respetivos Limites Legais** (de acordo com o critério que venha a ser deliberado).” -----

“ **Consequentemente**, o endividamento das associações de municípios releva sempre para efeitos dos limites legais de endividamento dos municípios que as integram, ainda que, no caso do endividamento líquido, tal imputação produza efeitos positivos (quando a associação têm mais ativos do que passivos relevantes).” -----

Da Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira a 30 de junho de 2014, releva para este assunto, no capítulo da **dívida total (pag.4) onde diz: “ chama-se a atenção que, a comunicação da Dívida Total inclui informação das seguintes participadas à data de 31 de dezembro de 2013, pelo facto de não terem sido disponibilizadas ao município as demonstrações financeiras à data de 30 de junho de 2014”, e mais abaixo diz: “para o montante da Dívida Total do Município contribuem ainda as dívidas, nas respetivas proporções, das seguintes participadas: “ (segue tabela). Na tabela diz: “ contribuição para a dívida do município (entre outros) de 867.309,54 euros.** -----

**(Anexamos esta informação à declaração).** -----

**Assim, nesta matéria, não nos parece que as contas estejam em conformidade com a lei.** -----

**Lei essa que deve ser repudiada, combatida e alterada, mas é imperativa.** ----

Em função do que está aqui, nós não vamos aprovar as contas, vamos entregar uma declaração de voto e anexar o documento da informação do Revisor Oficial de Contas à data de 30 de junho de 2014, que nos foi entregue em setembro. -----

Em face disto, apresentamos a nossa declaração e votamos contra as contas.” -----

**Luís Grácio** referiu: “ Já muito foi dito sobre esta questão, a intervenção mais recente do António Ferreira traz coisas novas, particulares com um ponto objetivo da RESITEJO. -----

A análise das contas do município tem que ser enquadradas num contexto em que elas se movimentam, é impossível fazer de outra forma, nós sabemos os constrangimentos nos finais que se refletem inevitavelmente na atividade do município e no nosso caso concreto, há alguns dados que podemos fazer referência: -----

---

Os valores de receitas do IRS a que o Entroncamento tem direito, e que curiosamente apesar de a nível nacional não ter havido atualização nos escalões e pela taxa de solidariedade, nós temos um decréscimo de transferência de IRS, o que significa aumento de desemprego por um lado e por outro, muito dos nossos municípios sofreram cortes nos seus vencimentos, ficamos abaixo do recebido em 2010, para valores que em 2014 poderiam ser superiores, o que significa que o contexto a que nos estamos a mover é adverso e tem que ser referido inevitavelmente. -----

Também do ponto de vista local há outros aspetos importantes, nós sabemos que a atividade principal de receitas dos municípios tem a ver com a construção civil, o IMT tem vindo constantemente a baixar por razões óbvias, já na última intervenção acerca do orçamento para 2015 fiz aqui referência extensa a uma análise sobre as provisões de receitas que me pareciam injustificadas, aliás, é um aspetos que o Bloco de Esquerda tem manifestado ao longo do tempo, quer no executivo anterior, nós fazíamos observação de que um conjunto de rúbricas estavam empoladas no sentido de justificar receitas não realizáveis e essa situação mantém-se. O deputado do PSD fez aqui uma observação interessante “virou o disco e tocou o mesmo” fico sem saber se era uma critica ou autocritica ou se era um elogio porque a prática é a mesma. -----

Quando tivemos que adotar o PAEL, o Bloco de Esquerda fez uma referência que foi muito mal recebida pelo anterior presidente, aonde denunciávamos na nossa perspetiva que a presença do PSD tinha chegado ao Entroncamento em 2001 para fazer um saneamento financeiro, um pedido de empréstimo de três milhões de euros e saiu com um pedido de empréstimo semelhante para saneamento financeiro, que é aquilo que se está a verificar hoje e que tem constrangimentos para a atividade presente do município. -----

Este executivo, está em certa medida, limitado na sua capacidade de gestão no sentido de que, deparou-se também com um pedido de empréstimo para saneamento financeiro que ainda hoje se mantém os seus efeitos. -----

Nesse sentido, nós verificamos que há alguns aspetos que são importantes de fazer referência e queremos salientar, como por exemplo a atitude que o executivo tem tido relativamente às situações que tínhamos com as Águas do Centro, têm tido uma posição firme de defesa dos interesses do município, acho que isso é de referir, realçar e de dar como aspeto positivo. -----

Todavia, há um conjunto de questões que se prende com os custos da água e que reflete nas contas do município de uma forma tão significativa, que temos na ordem dos 60% de faturação não atribuída, ou por perdas de água, ou em utilização própria da autarquia que não é contabilizada. -----

Relativamente à questão da eletricidade, tem um montante de gastos bastante significativos de 850 mil euros em 2014, sabemos que há um projeto no sentido de utilização de lâmpadas de led que vai inevitavelmente diminuir esta conta tão elevada.

Para terminar, algumas questões que faziam parte do programa do PS, levantadas pelo Bloco de Esquerda e que continuam com falta de resposta. -----

Estamos a falar da existência de uma Biblioteca condigna para a nossa cidade. ----

A recuperação do Cineteatro São João e a recuperação do mercado municipal que precisa de uma intervenção do ponto de vista, não só na reparação, mas uma intervenção no ponto de vista da sua utilização. -----

Registamos a existência de cinquenta mil euros despendidos no apoio social, são demasiadamente escassos, sem contraponto e sem fazer demagogia, sem contraponto consideramos que gastámos setenta mil euros nas festas, é preciso olhar para isto com outros olhos e com outra prática. -----

---

Por estes motivos, vamo-nos abster das contas.” -----

Pedi a palavra **Sara Domingos**: “ Como os números não mentem e todos os indicadores que aqui estão, salvo uma ou duas exceções são positivos. -----

Se nos lembrarmos que o executivo herdou uma dívida bastante grande e que as receitas diminuíram bastante, tanto do IMI e o IMT que praticamente não existe em câmara nenhuma, face à falta de construção. -----

O IMI subiu devido ao fim da cláusula de salvaguarda e ao fim de algumas isenções que também irão terminar e mesmo assim, com estes constrangimentos, o relatório e a ação governativa é muito positiva.” -----

Proseguiu **Manuel Martins**: “ Queria fazer algumas considerações sobre o que foi aqui dito. -----

O senhor José Baptista trouxe-nos um texto que leu com alguma velocidade e não foi possível acompanhar com a atenção que merecia com certeza, mas esforcei-me a tirar alguns apontamentos. -----

Tendo em consideração aquilo que foi dito pelo senhor Pedro Gonçalves, que achou estranho que este relatório tenha algumas semelhanças com as medidas implementadas pelo Governo e que a câmara tinha os cofres cheios. -----

A câmara não tem os cofres cheios, tem as contas mais orientadas e equilibradas. --

Quanto ao resultado negativo de 640 mil euros, é verdade, talvez seja de referir que esse resultado negativo também é condicionado por uma obra do anterior executivo que apostou na educação, supostamente a custo zero que afinal não é a custo zero, são pelo menos 800 mil euros para já. -----

Considerando este orçamento com falta de rigor, leu tão depressa que nem se apercebeu o que leu, quando fala em falta de rigor no orçamento, considerando que esta taxa de execução no orçamento foi de 72% e do 2013 foi de 53%, existe realmente uma falta de rigor não tanta como havia antes. -----

Quanto ao aumento do IMI é verdade, apesar dos esforços para que a nossa população seja menos sacrificada pelo IMI, infelizmente o Governo não nos permite que haja um reflexo efetivo nesse sentido. -----

Devo referir que a tal questão da educação, há algumas situações estranhas, soube há pouco tempo que o ginásio da Escola Ruy D`Andrade, ainda não está concluído, parece que as políticas da educação e desporto não chegaram ao ginásio. -----

Na primeira parte da obra esse ginásio estava contemplado, só que depois com o novo concurso devido há irregularidades que aconteceram, o ginásio desapareceu. -----

Deu para perceber que a dedicação ao desporto do anterior executivo devia ser mais ao futebol, foi o único desporto contemplado. -----

Tentando perceber a posição da CDU, pelo que entendi o veto da CDU é condicionado pela RESITEJO, há que respeitar, cada um tem a sua posição. -----

A dívida da RESITEJO é considerada para cálculo do limite de endividamento dos municípios, isso está nalguns pareceres que dizem que a atividade da RESITEJO é suportada por receitas providas da sua exploração comercial e do resultado da atividade desenvolvida, ou seja, este valor imputado para o cálculo do limite de endividamento, decorre da lei. -----

Todos nós sabemos que a RESITEJO felizmente é uma empresa viável e financeiramente saudável, seja qual for o critério que se vá adotar quando tiver que ser imputado aos municípios esta dívida, seja em qualquer das duas fórmulas que a discussão que estes pareceres nos trazem, esses valores não vão afetar a capacidade de endividamento do nosso município.” -----

---

Respondeu **José Baptista:**” Dizer-lhe que sei muito bem aquilo que li, contrariamente àquilo que o senhor pensa. -----

Não tenho dúvida nenhuma do investimento que houve na educação e se o senhor tem algum problema com o ginásio, é o senhor que o tem, toda a gente sabe o que é que se passou e toda a gente sabe porque é que o primeiro concurso caiu e toda a gente sabe o que aconteceu, se alguém tem alguma dúvida pode perguntar aqui. -----

Se tem dúvidas, faça um requerimento ao senhor Presidente da Assembleia a pedir um esclarecimento técnico dos serviços sobre o que é que sucedeu para o primeiro concurso ter caído. -----

Refere que não havia dedicação ao desporto, só havia ao futebol, é irónico. -----

É engraçado que toda a intervenção que fez, um tónico que é essencial, o bom foi o PS, o mau foi o Governo e assim vamos continuar neste mandato autárquico. -----

Ao fim de tudo, rematou com a RESITEJO que é financeiramente sustentável, quando formos ao ponto da RESITEJO falamos.” -----

Prosseguiu **Fernanda Alves:** “ Todos nós sabemos que quando estamos na oposição temos uma postura, quando estamos na governação temos outra. -----

Penso que politicamente podemos tirar daqui alguns dividendos e realçar o seguinte: Realçar, como já a minha colega de bancada aqui referiu, que este executivo está a cumprir aquilo que no seu programa se propôs; -----

Realçar também a questão da dívida que diminuiu; -----

Realçar a questão do prazo médio de pagamentos, que é essencial, estando abaixo dos prazos que a lei obriga. -----

Já que o senhor deputado do PSD realçou e deu os parabéns à senhora Presidente da Comunidade Intermunicipal, pelo excelente trabalho apresentado, talvez não ficasse muito mal reconhecer que de facto, o executivo está a fazer um trabalho meritório nesta gestão que herdou a câmara num estado menos bom, e que de facto a gestão está a ser adequada e esperemos que ainda melhore.” -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM** -----

O ponto número um “ **Apreciação da Prestação de Contas – Exercício Económico de 2014 do Município do Entroncamento**” foi aprovado por maioria, com onze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, nove abstenções, sendo cinco do Partido Social Democrata, três do Bloco de Esquerda e uma do Centro Democrático Social e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

#### **PONTO NÚMERO DOIS** -----

#### **PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA (TRIÊNIO 2015-2017) NOMEAÇÃO DO ROC** -----

Não havendo pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS** -----

O ponto número dois “ **Prestação de Serviços de Auditoria Externa (Triénio 2015-2017) nomeação do ROC**” foi aprovado por unanimidade com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

#### **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

#### **ACORDO DE PAGAMENTO COM AS ÁGUAS DO CENTRO** -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves:** “ O CDS-PP não esteve no último mandato, não teve nenhuma representação, só soubemos na nossa reunião preparatória. -----

---

Seria de bom-tom a câmara informar o CDS-PP, ao abrigo do estatuto da oposição, para que nós tomarmos as posições ao mesmo tempo que os outros partidos, que têm algum privilégio em saber os assuntos mais cedo. -----

Contextualizando isto, nós não conseguimos perceber o porquê? É a pergunta que se impõe. -----

Porque é que vamos fazer o pagamento de quatro meses de água em quatro anos, como é que se chega aqui? Porque é que se chega aqui? -----

O CDS-PP no Entroncamento, ficou pasmado com esta situação porque quatro meses de águas vai-se pagar em quatro anos, percebemos contabilisticamente o que possa acontecer, queremos é saber porquê e como é que chegámos aqui.” -----

Interviu **António Ferreira**: “ Começo por esclarecer o nosso colega em relação a estas questões. -----

Durante anos a fio, as águas têm sido sempre subdotadas em termos de orçamento, não neste mandato mas nos anteriores. -----

Estava-se sempre à espera que houvesse um saldo de gerência para fazer face a esta necessidade e fazer uma revisão orçamental e dotar com essa verba o que estava em falta. -----

Há uma questão que vi a saber da parte do Governo, é uma medida que é permitida às autarquias recorrer a empréstimos para saldar uma dívida com as águas para limpar as empresas para as entregar ao privado, com dívidas ninguém as quer. -----

As águas foram fundamentais no passado e o PSD sabe-o muito bem, porque era sempre uma fonte de dinheiro sonante, as pessoas vão pagando aos poucos, nós nem no tempo do PSD, nem do PS se esteve muito tempo por pagar as águas, os nossos fornecedores esperavam alguns meses, mas ainda deviam ter esperado mais, porque os compromissos que assumiram com esta câmara nunca os cumpriram, sobretudo ao nível de investimentos.” -----

Continuou **Manuel Martins**: “ O senhor António Ferreira na essência já explicou qual é a questão aqui. -----

De qualquer forma, para que o senhor Pedro Gonçalves fique com uma ideia mais correta do que se passa e segundo aquilo que me foi dito, este atraso deveu-se a divergências de faturação, havia a tal questão da faturação não estar a ser de acordo com a forma que o município entendia que devia ser, fez com que essas faturas se fossem acumulando até chegar a um consenso em termos de tesouraria.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “ Porquê 48 meses? -----

Foi aqui referido que herdaram uma dívida, estão a deixar 12 meses para o próximo mandato, estão a fazer conta de cá ficar mais quatro anos.” -----

**José Baptista** referiu: “ Sobre a questão da faturação, interessa relevar aqui toda a documentação que veio do executivo para apreciação na assembleia, os valores que estão transcritos no documento, que ainda não falámos esta noite. -----

O município por uma dívida contraída em quatro meses, vai fazer pagamentos mensais em quatro anos de 6.650,41 euros mais os juros que no primeiro mês os juros são de 809,42 euros e vai a descer obviamente ao longo dos 48 meses. -----

No primeiro mês destes trezentos mil euros, vamos pagar 7.459,83 euros, só em juros é fácil fazer o cálculo de quanto é que vamos pagar de quatro meses em que não fizemos pagamento de águas, nós usámos um serviço durante quatro meses que não pagámos e agora vamos pagar em 48 meses e andamos nesta casa a queixar-nos dos encargos que herdámos, mas quem vier a seguir, já vai herdar deste.” -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS** -----

---

O ponto número três “ **Acordo de Pagamento com as Águas do Centro**” foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção do Centro Democrático Social. -----

**PONTO NÚMERO QUATRO** -----

**RESITEJO – CONTRIBUIÇÃO DO PASSIVO PARA A DÍVIDA TOTAL DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS** -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Penso que todos têm conhecimento dos documentos que nos chegaram. -----

A questão da RESITEJO já foi aqui levantada, aliás foi a razão direta ou indireta pela não aprovação das contas pela CDU, de qualquer forma, gostaríamos depois de analisarmos os documentos e de alguns esclarecimentos, falar um pouco e dar o nosso parecer sobre aquilo que entendemos ser este ponto. -----

A RESITEJO que é um dos maiores empregadores da Chamusca e não só, de toda a região, para o Entroncamento e municípios é uma mais-valia, todos nós sabemos que o ambiente é importante, toda a gente sabe qual é que é a função da RESITEJO. -----

Aquilo que devemos analisar é esta questão da imputação da dívida da RESITEJO que tem a ver com questões de funcionamento da empresa e que teria que vir à assembleia para ratificarmos. -----

Daquilo que entendemos, houve uma assembleia geral de RESITEJO onde este assunto foi discutido, onde foi discutido o critério da percentagem a contabilizar nas contas de cada município e isto vai alterar o limite de endividamento dos municípios. ---

O Entroncamento neste caso em concreto está à vontade neste caso, nós neste momento temos um plafond de dois milhões quinhentos e sessenta e um mil euros e portanto, quer seja o critério que foi definido em assembleia geral e com base nos pareceres que foram pedidos, esta câmara enquanto membro aceitou tal como as outras.

Havendo dúvidas, que foi aquilo que nos foi dado a entender, foi pedido um outro parecer à Procuradoria-Geral da República e que estamos a aguardar neste momento. ---

Aquilo que está em cima da mesa é o critério que foi aprovado em Assembleia Geral da RESITEJO e tal como a informação que nos chegou do próprio município, é esse que está em vigor de momento, vamos aguardar, para quando vier o parecer da Procuradoria e que se for diferente, pensamos que esta câmara irá ter em conta.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Os documentos que nós pedimos sobre a RESITEJO, uma parte deles já obtivemos, a outra não temos e é fundamental sabermos o que se passa. -----

Aquilo que sabemos, é que a RESITEJO é uma associação de municípios sem fins lucrativos, com uma questão que é importante, tinha inicialmente um parecer da QUERCUS sem fins lucrativos, agora aparecem três empresas que foram admitidas na RESITEJO, que são empresas que se geram pelo lucro, não percebo esta instituição híbrida que tem instituições sem fins lucrativos, é uma associação e deve funcionar como tal. -----

A RESITEJO teve um resultado líquido positivo em 2012 e 2013, mas a câmara não recebe parte desse lucro que a empresa teve. -----

Continuam a ser uma instituição sem fins lucrativos e têm de obedecer aquilo que está na lei em função disso, e diz: “*A dívida total de operações orçamentais do município englobam os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como, os*”

---

*resultantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais”, isto refere-se às massas participadas. -----*

*Refere ainda: “ Define-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, as entidades que revelam são: ... ” -----*

*No número 2, que é aquilo que diz respeito à RESITEJO, diz o seguinte: “As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo dos regimes legais específicos ou de direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou na sua ausência, da forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.” -----*

*A câmara tem que assegurar que nas empresas não haja um resultado negativo, ou seja, a câmara tem que transferir verbas suficientes para que a empresa não tenha prejuízo, pois se tiver prejuízo durante três anos, tem que encerrar as portas. -----*

*Nas associações a totalidade, a globalidade dos empréstimos das dívidas têm que estar traduzidas nas contas dos diversos municípios, por isso é que a QUERCUS pediu a demissão.” -----*

*Proseguiu **José Baptista**; “ Em cinco tópicos. -----*

*A RESITEJO é necessária, tem funcionado decentemente, guerras à parte da CDU e do PS com o senhor Diamantino e dessa história que toda a gente conhece e que não interessa para aqui nada. -----*

*A situação tem que ser resolvida e o problema é o valor que vai ser imputado a cada um dos municípios. -----*

*Parece-nos que a proposta é boa, mas parece-nos que vai ter problemas em passar, não no Entroncamento, mas noutros municípios aonde está a ser contestada e portanto, no total vamos ver o que vai acontecer.” -----*

*Continuou **Luís Grácio**: “ Este assunto da RESITEJO tem várias vertentes algumas delas um bocado complexas, há pareceres diversos sobre a forma de fazer refletir na capacidade de endividamento dos municípios, a dívida da RESITEJO no fundo o que está aqui em causa é isso. -----*

*A RESITEJO, independentemente de poder ter uma atividade económica saudável, tem neste momento uma dívida de perto de dezasseis milhões de euros e é esse problema que está aqui em causa, como é que isso se reflete nas contas da autarquia. -----*

*Há pareceres diferentes e há formas de analisar, de tal maneira que a assembleia está na dúvida se se pede um parecer à Procuradoria-Geral da República é porque têm dúvidas. -----*

*O mais complexo deste processo é as próprias assembleias municipais terem que se pronunciar numa matéria que não está encerrada, ou seja, um tema que ainda subsistem dúvidas, estrar-se a pedir às assembleias que se pronunciem sobre uma coisa que a própria assembleia geral da RESITEJO está a pedir à Procuradoria-Geral da República que se pronuncie, tomou uma decisão mas tem dúvidas se eventualmente ela poderá ser aceitável ou não, senão não faria o pedido como é óbvio. -----*

*O processo não é assim tão simples, a proposta que é apresentada, acaba por não se refletir na capacidade de endividamento das autarquias, porque o que se propõem é uma parte da dívida e não a dívida total, ainda que os próprios estatutos da RESITEJO digam no caso de ela se dissolver, que todos os sócios são solidários com o passivo ou ativo da própria instituição e portanto, pressupõem-se que se houver passivo ao ativo, as autarquias teriam que entrar com a sua parte. -----*

---

Esta associação tem um problema, era uma associação de direito privado, tinha um conjunto de municípios, tinha uma instituição privada que era a QUERCUS que entretanto sabe-se que pediu a sua saída, mas a própria lei que hoje regulamenta o tratamento e recolha dos resíduos, obriga a que as associações sejam associações municipais de fins específicos. -----

Nós fizemos uma proposta no executivo no sentido de se pedir um parecer à entidade que nós considerávamos e consideramos até porque pedimos ajuda jurídica sobre este processo, a entidade que contribui para a boa aplicação das leis e regulamentos, instruindo os órgãos e os serviços das autarquias locais sobre os procedimentos adequados que é a Inspeção Geral de Finanças, essa proposta não foi aceite e nós nesse sentido abstivemo-nos no executivo e vamo-nos abster na assembleia, no sentido de que não vemos garantidas o correto tratamento destas divergências de parecer ou de análise. -----

Entendemos que o pedido de parecer à Procuradoria-Geral da República tem toda a legitimidade da parte da Assembleia Geral da RESITEJO, mas de facto, o parecer deveria ser dirigido à Inspeção Geral de Finanças por contribuir para a boa aplicação das leis.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “ Depois de analisarmos este processo levantaram-se algumas dúvidas. -----

O parecer deveria ter sido pedido há mais tempo. -----

Soubemos também através do senhor Presidente da Assembleia, que o nosso Presidente da Câmara tentou fazer um plano diferente para esta situação da dívida da RESITEJO e como não há uma clarividência e não existe nada neste momento que nos garanta que esta será a decisão correta, não iremos votar favoravelmente, mas não nos adianta votarmos contra e por isso iremo-nos abster neste ponto com o desejo que a Procuradoria-Geral da República se possa manifestar o mais rapidamente possível e que este assunto possa tomar um caminho para a clarividência, para que este ponto da RESITEJO deixe de ser tão nublado como tem sido até aqui.” -----

**António Ferreira** referiu: “ Pelos dados que vi, as contas da RESITEJO não estão nada más, a dívida que a RESITEJO tem, foi feita com investimento e esse investimento é necessário. -----

Há gente que faz leis e depois não as aplica, nós não queremos que a lei exista, nós queremos é revogar esta lei, aliás, eu disse aqui na declaração sobre as contas que estamos de acordo com aquilo que a Associação Nacional de Municípios, diz que estas leis têm que ser alteradas. -----

Não posso estar aqui a votar uma coisa quando existe a lei, nós estamos a votar a contribuição do passivo para a dívida total dos municípios associados e o passivo já foi dito aqui, são perto de dezasseis milhões de euros, o que nós contestamos é a lei e o facto de não nos darem os elementos que nós pedimos constantemente.” -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO** -----

O ponto número quatro “**RESITEJO – Contribuição do Passivo para a Dívida Total dos Municípios Associados**” foi aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, dois votos contra da Coligação Democrática Unitária e quatro abstenções, sendo três do Bloco de Esquerda e uma do Centro Democrático Social. -----

---

**PONTO NÚMERO CINCO** -----  
**IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS PENTECOSTAL – LOCAL PÚBLICO PARA CONSAGRAR MONUMENTO ALUSIVO AO 50º ANIVERSÁRIO** -----

Pedi a palavra **Pedro Gonçalves:**” Sendo eu também evangélico, acho que e para não omitir isso a ninguém, não tenho problema nenhum em o assumir, porque cada um deve assumir aquilo que é. -----

Acho que a liberdade religiosa chegou para todos, a liberdade religiosa deve ser implementada no nosso município, por vezes não tem sido assim. -----

Tendo inclusivamente falado com as pessoas interessadas para saber melhor o pretendido, acho que seria de bom-tom e numa abertura de liberdade religiosa como tem sido feito nalguns municípios e noutros tem sido recriminados por opções ideológicas que são de lamentar nos tempos de liberdade política e religiosa. -----

Queria salientar que a câmara municipal devia ter a hombridade, a dignidade de colocar não num sítio esquecido e de pouca passagem, mas num sítio de alguma visibilidade e condigno. -----

É uma instituição que existe no Entroncamento há cinquenta anos, que resistiu aos tempos da ditadura, resistiu a tudo e a todos, que não teve dias fáceis, que não sendo líder da instituição, querendo fazer já essa ressalva, acho que é um ato de liberdade religiosa, podemos votar aqui e votar favoravelmente para que isso possa acontecer.” ---

Proseguiu **José Baptista:** “ No âmbito da proposta que é aqui trazida pelo senhor Presidente da Câmara, dizer duas coisas: -----

Primeiro, dizer que estamos num estado de direito laico e portanto, todas as religiões, credos, raças e seja o que for, estão todos em pé de igualdade e de se expressar livremente no concelho e quanto a isso, nem sequer é ponto que seja discutível e é comum a todos. -----

A questão da proposta que é trazida pelo executivo, parece que o e-mail que foi enviado à câmara não explicita o que é que suposto colocar e portanto nós não temos nada sobre o que deliberar, a única situação que há aqui é que foi solicitado ao município um espaço para colocar um monumento, é verdade que é da responsabilidade do município autorizar ou não, sendo estranho que não autorizasse, porque já o fez a outras organizações que não tem nada a ver com organizações religiosas. -----

Não temos nada em contra, não faz sentido aprovar uma proposta de pedido para um espaço que deve ser atribuído automaticamente pela câmara municipal.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia:** “ Penso que o objetivo da câmara, uma vez que é da sua competência, a ideia do executivo de enviar à assembleia será mais para colher a nossa opinião sobre esta questão, que não é uma situação que apareça todos os dias.” -----

Continuou **Fernanda Alves:** “ Estamos de acordo nalguns aspetos. -----

A lei da liberdade religiosa no seu ponto dois fala no princípio da igualdade e penso que é de bom-tom trazer à assembleia na medida que é isso que o senhor Presidente fez, e a partir daí, é algo que a câmara terá que se pronunciar.” -----

Referiu **António Ferreira:** “ Muitas das questões já foram colocadas aqui. -----

Nós temos de facto na nossa Constituição que o Estado quer local, quer central deve tratar todas as religiões da mesma forma, a liberdade religiosa é garantida. -----

Há situações que são complicadas, em todas as reuniões de câmara vêm pedidos de autorização para isenção de taxas de ruído para culto, não vejo isto acontecer na igreja católica, mas acontece noutras igrejas, isto não é um tratamento igual para todos,

---

é evidente que se calhar algumas dessas igrejas estão instaladas em determinados sítios que não deviam estar, mas isso não devia ter sido autorizado. -----

Há uma outra questão que já aqui foi referida, qualquer estrutura que é colocada na via pública nós temos que saber concretamente o que é, e qual é o impacto que essa estrutura tem na via pública e se for feito para aquela igreja deve ser feito para todas as igrejas e daqui a pouco temos o Entroncamento cheio de estruturas de igrejas. -----

Isto é da competência da câmara, se calhar pedem a opinião a nós.” -----

Interveio **Luís Grácio**: “ De facto esta questão é curiosa porque a câmara não se pronuncia sobre o pedido que é feito, ou seja, passa a bola à assembleia. -----

Sabendo todos nós que o nosso estado é um estado laico a todos os níveis, levanta-se uma questão pertinente e já aqui foi feita referencia, que tipo de homenagem ou de eventos se quer fazer. -----

Estamos a ceder espaço público com um culto, estamos a abrir um precedente de que amanhã não temos razão, como aqui foi dito, basta ter um, dois, três, mil, cinco mil, a terem direito à mesma situação. -----

Acho que é um processo complicado, acho que devíamos repensar seriamente aonde é que os anos, a nossa autonomia laica relativamente às profissões religiosas. ----

Já aqui foi referido o problema do ruído, de terem instalações aonde provavelmente o local não é o mais indicado, mas não é isso que impede que a liberdade religiosa seja garantida, estamos é a extravasar um pouco este processo.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ A câmara municipal trouxe-nos esta questão, cabe à câmara efetivamente resolver isto. -----

Foi no sentido de colher a opinião da assembleia de saber se é ou não favorável a este tipo de situação e com a nossa manifestação de demonstrar se somos favoráveis ou não tem que ser pelo voto, nós votamos. -----

Queria dizer que temos que interromper a assembleia por dois minutos devido à gravação.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**:” A assembleia não tem competência para votar uma coisa destas e se for a votos, tem que ser na urna porque envolve convicções próprias.” -----

**Luís Grácio** sugeriu que o ponto fosse retirado e devolvido à câmara. -----

Proseguiu **José Baptista**: “ A câmara já recolheu as opiniões que aqui tivemos e os contributos de que precisava, não precisa de nenhuma votação, a competência é da câmara de indicar o local aonde vai ficar o monumento, verificar se o monumento pode lá estar ou não, se não tem nenhuma regra de impacto. -----

A assembleia já disse unanimemente que tem que ser respeitada as regras do estado laico, de igualdade para todas as organizações sejam ou não religiosas, não há aqui nenhuma dúvida, não nos parece necessário fazer uma votação.” -----

Retomada a assembleia após os dois minutos de interrupção, o senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ O senhor Presidente da Câmara pediu para intervir uma vez que se trata de uma proposta que foi feita pelo executivo e deliberou por unanimidade colocar à apreciação da assembleia este assunto, dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para nos ajudar a esclarecer. -----

De qualquer forma e desde já indico, que a posição da mesa, é que as opiniões sejam favoráveis ou não, manifestam-se pelo voto e portanto, vamos sempre votar esta proposta.” -----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**: “ Estava a ouvir atentamente as intervenções dos senhores deputados e parece-me que não foi tido em conta a proposta que foi aprovada e que está transcrita na ata e que eu vou ler: -----

---

“ Tendo em conta o princípio da cooperação, que refere que o estado deve cooperar com as igrejas em função da sua representatividade, e ainda o princípio da não confessionalidade do estado, presentes na Lei da Liberdade Religiosa, consideramos que este deve ser sujeito a uma avaliação transversal, que envolva e possibilite os contributos de todos os partidos com representação autárquica. Desta forma obtemos uma deliberação consubstanciada e enriquecida pela vontade popular, através da pronúncia dos deputados da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” -----

Não está aqui em causa a colocação do monumento, o que está aqui em causa é o princípio que somos um estado laico mas também há uma Lei da Liberdade Religiosa e que ao contrário daquilo que foi aqui afirmado, essa pode ser uma opção da assembleia que nós respeitaremos, que deve haver um tratamento igual para todos, ou então deve ter em conta a representatividade, ou outra qualquer solução. -----

O senhor deputado Luís Grácio disse que a câmara quis passar a bola à assembleia, nada disso, ele próprio depois reconheceu que é um processo complicado, o processo não é complicado o aceitar uma proposta do monumento, é uma questão de estética, de encontrar o local adequado é uma decisão que nós tomamos sem qualquer problema, o que é “complicado” e usando a palavra do senhor Luís Grácio, é nós procurarmos ter uma atitude consensual relativamente a um tema que diz respeito às convicções de cada um de nós e neste caso religiosas, por isso é que nós quisemos que a assembleia se pronunciasse.” -----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número cinco à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO** -----

O ponto número cinco “ **Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal – Local Público para Consagrar Monumento Alusivo ao 50º Aniversário**” foi aprovado por maioria com vinte votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções sendo uma do Partido Socialista e outra do Partido Social Democrata. -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ A minha bancada não votou, com exceção de uma abstenção, mais ninguém aqui votou. -----

O entendimento da mesa é que esta proposta deve ser votada, o entendimento de uma parte dos deputados entende que não deve ser votada. -----

Permita-nos pelo menos que quando estivermos a votar, diga que os deputados “x” não votaram por entenderem que não estavam nas suas funções o esclarecimento cabal sobre esta matéria.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ A CDU também não votou este ponto. -----

Se quiserem considerar como ausência neste ponto, nós de facto discutimos, agora votar nós não votámos.” -----

Continuou **Luís Grácio**:” Levanto a questão que há pouco coloquei verbalmente, de que fosse retirado o ponto, se quiser faço o requerimento por escrito. -----

Para que conste, o Bloco de Esquerda não votou este ponto.” -----

#### **PONTO NÚMERO SEIS** ----- **APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO** -----

---

Pedi a palavra **Pedro Gonçalves:**” Antes de mais, queria ter feito uma declaração de voto há pouco enviarei por escrito nos próximos dias ao senhor Presidente da Assembleia. -----

Estamos a desenvolver um trabalho com os nossos cidadãos e nós vimos aqui algumas coisas que foram feitas, na informação do senhor Presidente da Câmara, mais relativamente a algumas obras e há uma que eu não posso deixar de trazer aqui. -----

Recebi a semana passada uma informação de um morador na avenida das Forças Armadas que me perguntou como é que iria ficar a situação em relação às duas propriedades que estão completamente a invadir a suposta avenida. -----

Gostaria também de saber em que ponto está a situação do observatório do comércio do Entroncamento, e dispor todos os interessados para ajudar a implementação do mesmo o mais breve possível.” -----

Segue-se a intervenção do senhor **Presidente da Câmara:** “ Começando por dar resposta ao senhor deputado Pedro Gonçalves, de facto, nós quando desenvolvemos o projeto da conclusão da avenida das Forças Armadas, fomos confrontados com constrangimento que era o seu desenho até à rotunda junto ao CADE com quatro faixas e a norte igualmente com quatro faixas, tivemos que tomar uma decisão. -----

Neste momento temos ultimado um acordo com os proprietários das referidas vivendas, conseguimos encontrar uma solução de consenso, porque as quatro faixas iam parar aquase em cima das janelas das pessoas e o que nós temos consensualizado, faltam alguns pormenores de projeto de execução dos muros, que recuam sensivelmente quatro metros, de maneira a que naquela zona tenhamos uma faixa mais um espaço alargado, ou seja, mais um metro e meio, que dá para um carro parado ou ultrapassar uma bicicleta, não haja constrangimento por esse facto. -----

Foi uma solução que defende o interesse público e também não será altamente lesiva dos interesses particulares. -----

Relativa aos trabalhos na via ferroviária, tem sido solicitada autorização para trabalho ao sábado à noite, vamos ver qual é a situação e enquadramento. -----

Relativamente às questões das contas, houve um conjunto de intervenções, aquela que me merece mais estranheza até pela credibilidade que tem nesta assembleia, o senhor deputado António Ferreira teve uma intervenção relativa às contas altamente demagógica, que não é compatível com a postura que nos tem aqui presenteado nesta assembleia, aliás é de tal forma, que ele depois quase no debate de consciência, fez uma intervenção final a tentar rebater aquela intervenção que nos presenteou. -----

O senhor deputado António Ferreira, sabe perfeitamente que a dívida da RESITEJO e aliás, focou de uma forma que eu penso não fará muito sentido, que não se trata de aumentar a dívida do município, mas apenas de entrar para o cálculo do limite da dívida que é uma situação completamente diferente. -----

Não é fácil compreender este ataque que a empresa RESITEJO está a ser alvo e em especial da CDU, sendo certo que estamos a assistir a um processo de privatização de setores ligados aos setores das águas e dos resíduos e a CDU que tanto diz que luta contra essa realidade, está desta forma a dar contributos muito fortes para destruir a empresa que é a maior empregadora do concelho da Chamusca, é a empresa que presta um serviço que nós município estamos obrigados por lei, porque a responsabilidade da recolha e tratamento dos resíduos é dos municípios e hoje é impensável que cada município volte à fase inicial a recolher resíduos e os coloque numa lixeira como acontecia anteriormente. -----

Numa conversa esta semana, o senhor deputado António Ferreira dizia-me que não tinham as contas e aí fiz mea culpa porque de facto não temos trazido as contas aqui,

---

mas liguei o telefone e num quarto de hora, com acesso à página da RESITEJO tinha as contas dos últimos quatro anos, aliás como o senhor deputado depois também reconheceu. -----

Há aqui um ataque que eu confesso que não percebo, confesso que não percebo as razões, apenas penso que isto é pernicioso para a RESITEJO e para as câmaras aderentes. -----

O senhor deputado António Ferreira e todos os senhores deputados, penso eu, têm consciência que até novembro todas as decisões foram tomadas por unanimidade, a adesão de privados em junho do ano passado foi uma decisão tomada por unanimidade pela assembleia da RESITEJO, inclusive, nós votámos a favor dessa adesão, o município de Constância votou a favor dessa adesão e quem neste momento colocou alguma ressalva a essa adesão foi justamente o município do Entroncamento, na última assembleia estava agendado um ponto para confirmar essa adesão e nós dissemos, atenção porque hoje em dia há de facto uma maior reflexão em termos da RESITEJO, vamos retirar esse ponto e vamos refletir porque esse ponto pode não ser consumado, o processo de adesão dos privados à RESITEJO. -----

Esta proposta de critério de afetação da dívida da RESITEJO para cálculo do limite de endividamento para o Entroncamento, felizmente e face ao trabalho que temos vindo a desenvolver, porque há três anos a dívida era de dezassete milhões e agora é de doze milhões, para o Entroncamento é igual seja o critério maior ou menor, felizmente continuamos com margem de endividamento e não temos qualquer problema com isso.-

Se a RESITEJO não tomasse a decisão que tomou, o critério supletivo era aquele que nós aprovámos, que depois o próprio artigo que diz que essa decisão caso haja um critério assumido pela assembleia, tem que ser ratificado pelas assembleias municipais e é isso que hoje aqui trouxemos. -----

Nós aprovámos na câmara concordar com o critério aprovado na assembleia e assumimos na câmara e perante esta assembleia, de que seguiremos a orientação que vier a constar do parecer da Procuradoria-Geral da República, seja ela qual for. -----

Já disse ao senhor deputado António Ferreira, se a RESITEJO passar por problemas futuros, a CDU será uma das principais responsáveis para que isso aconteça, para que possamos ter problemas com os resíduos, para que se percam 340 postos de trabalhos na nossa região, há muitos trabalhadores do Entroncamento que trabalham na RESITEJO. -----

Devo dizer que não tenho nenhuma procuração e nenhum pedido específico para defender a RESITEJO, só não percebo estes ataques demagógicos e peço desculpa pelo termo, que depois valorizam o trabalho do executivo, mas pela dívida da RESITEJO votam contra. -----

Não percebo essa forma de estar a defender os interesses da cidade e dos munícipes, que todos nós estamos aqui com esse objetivo.-----

Desculpem esta abordagem com esta veemência porque me parece que de facto o assunto está a ter dimensões que são incompreensíveis e que não parecem adequados. ---

Gostava que esta assembleia valorizasse e tivesse claro o seguinte: -----

A taxa de execução do orçamento corrente deste ano que passou foi de 97,5%, de facto a execução média foi de 73%, mas ao nível corrente foi de 97,5% e mesmo com as tais alterações orçamentais, tivemos uma taxa de execução que deve orgulhar todos os que trabalham nesta câmara e que diariamente dão o seu melhor para esse objetivo. -----

Foi aqui propagada aquela história das receitas de capital que ficaram aquém daquilo que estava previsto, obviamente que nós sabíamos que iam ficar aquém só que

---

as regras da construção do orçamento obriga-nos a construir um orçamento com base em médias dos últimos anos. -----

Há aqui outra questão do porquê do empréstimo das Águas do Centro. Todos nós que aqui estamos, damos importância às questões essenciais e só quem estiver distraído é que ainda não percebeu a enormidade da dívida que nós herdámos, as dificuldades financeiras de tesouraria que nós herdámos e o que foi ter sido este ano e meio a apagar fogos sucessivos, ultrapassar sucessivamente problemas gravíssimos e que nos tem vindo gradualmente a melhorar a nossa situação e portanto, a minha resposta do porquê do empréstimo é só essa, tenham presente os números do anterior e os número que este executivo herdou. -----

Devo dizer com toda a frontalidade, quando acabar este mandato de certeza absoluta que a situação financeira é substancialmente melhor do que aquela que herdámos. -----

Gostava que o senhor António Ferreira me explicasse qual foi a razão por que saiu a QUERCUS da RESITEJO, eu não conheço e gostava de saber para melhor conhecer o dossier da RESITEJO. -----

Outra questão relativamente à RESITEJO, disse o senhor deputado Luís Grácio e não é correto, que no caso de dissolução o município do Entroncamento e os outros associados, de acordo com os estatutos como disse, teria que assumir as dívidas da RESITEJO, isso não é assim em nenhuma associação e não é assim os estatutos da RESITEJO, diz o ponto referente a essa matéria o seguinte: *“No caso de dissolução da associação, o seu património é repartido entre os associados na proporção da respetiva contribuição para as despesas da associação salvaguardados os direitos de terceiros.”* Não diz em lado nenhum que as dívidas são assumidas pelos municípios e nenhum município assumiu qualquer dívida da RESITEJO. -----

A dimensão empresarial que neste momento a RESITEJO assumiu e já aqui foi dito por vários senhores deputados, as contas parecem relevar boa saúde financeira, mas é importante uma outra situação, para além da quotização que cada um dos municípios paga para a RESITEJO e que no ano de 2015 é um terço inferior àquela que foi em 2014, há uma redução substancial da quota, não houve qualquer reforço para fazer face aos investimentos ao longo dos anos e neste momento, aquela empresa tem uma dimensão e um valor que é substancial.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Esta questão da intervenção demagógica por minha parte, só tenho a dizer que felizmente não sou acusado muitas vezes disso. -----

Quanto à questão de nós querermos acabar ou destruir a RESITEJO, isso não é verdade e isso também é demagogia do senhor Presidente. -----

Aquilo que estava combinado no conselho da RESITEJO em relação à sucessão de dívida, há quatro municípios que neste momento não o vão fazer, Torres Novas que é PS, Santarém que é PSD, Tomar que é PS e Constância que é CDU, se é isto que está a levar a RESITEJO à falência ou a criar dificuldades, não é isto, a transparência nunca cria dificuldades, a transparência pode tornar mais claro aquilo que se passa dentro daquela empresa e pode tornar aquela empresa ainda mais forte. -----

A nossa participação e nós sabermos o que se passa lá dentro pode dar muitos contributos àquela empresa. -----

Noutros locais do País aonde a CDU é poder nós também tivemos esta posição em relação à assunção de parte da dívida, também arranjam os esses estratégias na altura, mas como consultamos o IGAT e o Tribunal de Contas, aquilo que disseram foi que não era possível, não era essa a interpretação da lei. -----

---

Em relação à QUERCUS, acho que o senhor Presidente devia perguntar à QUERCUS porque é que eles estão a sair neste momento.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “ Fico na dúvida se reabrindo os pontos, porque já aqui foram falados na informação do senhor Presidente pontos discutidos, provavelmente o deputado António Ferreira vai-se retratar e vai votar a favor, porque entretanto já está mais esclarecido. -----

Aconselhava a mesa aquando a discussão dos pontos, se houvesse dúvidas ou esclarecimentos a prestar, fosse dada a palavra ao executivo, nós votamos em consciência e plenamente documentados e informados daquilo que vamos decidir, agora vir a reabrir uma discussão quando ela já estava encerrada e votada, sinceramente.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e vinte e cinco minutos, do dia trinta de abril de dois mil e quinze. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: